IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

# RACISMO, CAPITALISMO DEPENDENTE E EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA ACREANA: AS CONTRADIÇÕES DAS LUTAS SOCIAIS INDÍGENAS

ELIZABETE SANTOS DA SILVA[1];
PAULO RICARDO ZILIO ABDALA[2]

[1] *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/ Universidade Federal do Acre (UFAC) - eliz.santoss06@gmail.com.*
[2] *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - paulo.abdala@ufrgs.br.*

**Resumo**
Este estudo analisa as lutas sociais e a questão indígena na Amazônia acreana sob a lente do Pensamento Social Latino-Americano, contrapondo o histórico extrativista da região às atuais dinâmicas do capitalismo dependente e neoliberal. Fundamentado nos aportes teóricos de Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini, Clóvis Moura e José Carlos Mariátegui, o artigo examina a transição da exploração gomífera para a expansão do agronegócio da soja e da pecuária, além da consolidação de grandes projetos de infraestrutura logística, como a rodovia transfronteiriça Cruzeiro do Sul–Pucallpa. Demonstra-se que, longe de romper com o sentido da colonização, o Estado contemporâneo atua como fiador da financeirização da natureza. Sob o verniz ideológico da economia verde e do mercado de créditos de carbono, antigas lógicas de racismo e expropriação territorial são atualizadas, transmutando os povos originários de "entraves ao progresso" em "prestadores de serviços ambientais". Conclui-se que a luta social das organizações indígenas desvela as contradições dessa racionalidade instrumental e que sua emancipação vincula-se à superação radical da dependência e do racismo.
**Palavras-chave:** Pensamento Social Latino-Americano. Amazônia Acreana. Lutas Sociais Indígenas. Capitalismo Dependente. Economia Verde.

## Racismo, Capitalismo Dependente e Extrativismo na Amazônia Acreana: As Contradições das Lutas Sociais Indígenas

A Amazônia acreana constitui um território marcado por profundas contradições socioeconômicas, cuja formação histórica se assentou no extrativismo[1] e na dependência[2], sob a expropriação de territórios indígenas, violência e exploração do trabalho. A incorporação desse território ao mercado mundial, desde o ciclo da borracha até a atual expansão do agronegócio e das políticas de integração física, mantém esse padrão histórico e gera conflitos socioterritoriais, além de impactos sobre modos de vida indígena, sua autonomia e autodeterminação. No contexto contemporâneo, emergem novas formas de avanço do

[1] O entendimento de extrativismo que acompanha as reflexões nesse estudo encontra fundamentação em Gudynas (2015, p. 13), que define extrativismo como “um tipo de extração de recursos naturais, em grande volume ou alta intensidade, e que estão orientados essencialmente a ser exportados como matérias-primas sem processar, ou com um processamento mínimo” (Gudynas, 2015, p. 13).
[2] Dependência é entendida a partir de Marini (2011, p. 4) como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

capitalismo, em sua fase neoliberal, sobre territórios indígenas, nas quais ideologias[3] de economia verde e sustentabilidade convivem com a continuidade de conflitos socioterritoriais e com a permanência de estrutura econômica e política de caráter colonial.

Este estudo analisa as lutas sociais e a questão indígena na Amazônia acreana a partir das contribuições do Pensamento Social Latino-Americano, buscando compreender como a questão indígena se insere em uma dinâmica histórica que articula racismo, exploração, extrativismo e dependência.

As proposições teóricas de Caio Prado Júnior[4], especialmente sua formulação do "sentido da colonização", permitem compreender como a formação histórica do Brasil foi construída, ao longo dos séculos, a partir de uma economia voltada à exportação de matérias-primas demandadas pelo mercado exterior. Em sua interpretação sobre o processo de formação do país, o autor também traz aportes para o entendimento da colonização da Amazônia e, assim, do Acre, como parte da expansão colonial brasileira orientada por esse mesmo "sentido da colonização". A Teoria da Dependência de Ruy Mauro Marini[5] traz contribuições para compreender a inserção subordinada do Brasil e da América-Latina no modo de produção capitalista, aos quais recai o papel de fornecedores de bens primários para exportação. As reflexões de Clóvis Moura[6] permitem evidenciar o papel do racismo como instrumento ideológico que legitima a expropriação territorial e a violência contra os povos indígenas. Em diálogo com José Carlos Mariátegui[7], a questão indígena é situada não como um problema étnico-cultural isolado, mas como expressão de uma estrutura econômica e política fundada em uma economia voltada para fora, na grande propriedade rural e no poder econômico e político de proprietários de terra no interior do Estado.

Historicamente, o modo de produção capitalista, em sua particularidade latino-americana, fundamenta-se em uma economia assentada no extrativismo, no modelo agroexportador e na dependência, a partir da qual os interesses, e a demanda, dos países

---

[3] Neste trabalho, o entendimento de ideologia quando nos referimos à ideologia da "economia verde" e da "sustentabilidade" é o que encontra referência nos autores Lefebvre (2014) e Mattelart, Piccini e Mattelart (1976) e Mattelart (1978), que compartilham a perspectiva de ideologias como representações que atuam legitimando os interesses da classe dominante e têm relação com o processo de produção e reprodução do espaço social, gerando uma formação social em que a vida cotidiana é moldada por ideologias construídas pelos dominadores (Silva, 2019).

[4] Caio Prado Júnior (1907-1990) foi um sociólogo, historiador e geógrafo brasileiro, além de militante político com atuação na organização da classe trabalhadora. Exerceu mandato como deputado estadual pelo estado de São Paulo e foi fundador e editor da *Revista Brasiliense*. Em sua produção teórica, adaptou o marxismo à realidade brasileira, formulando uma interpretação original sobre a formação histórica do país. Dentre suas obras mais influentes estão *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *História econômica do Brasil* (1945) (Prado Júnior, 2011).

[5] "O sociólogo brasileiro Rui Mauro Marini (2011), em sua Teoria Marxista da Dependência, analisou, nos anos 1970, a dinâmica da economia latino-americana e sua integração ao mercado mundial, desvendando o caráter dependente como uma característica histórica dessa formação social" (Silva, p. 25, 2019).

[6] O intelectual brasileiro Clóvis Moura apresenta uma abordagem do racismo que conecta esse fenômeno ao desenvolvimento do capitalismo. No estudo *"O Racismo como Arma Ideológica de Dominação"*, publicado nos anos 90, Moura (1994) evidencia que o racismo nasce com o capitalismo e é um dos componentes de sua organização. Para este intelectual, o racismo é uma ideologia que atua como instrumento de dominação e serve para justificar os interesses da classe dominante.

[7] José Carlos Mariátegui (1894-1930) foi um intelectual peruano que alinhou a crítica social à militância. Atuou como escritor, coordenador de editora e revistas, além de fundador de uma central sindical de trabalhadores e do partido socialista no Peru, tendo destaque em sua trajetória o estudo da questão indígena nas Américas a partir de Marx (Tible, 2009). Iniciou-se nos estudos do marxismo a partir de sua viagem para a Europa, onde residiu na Itália.

chamados desenvolvidos, orientam os ciclos econômicos. A inserção subordinada no modo de produção capitalista dos países dependentes implica em uma baixa autonomia quanto à possibilidade de autodeterminação do desenvolvimento nacional.

Como afirma Prado Júnior (2011), a colonização brasileira foi organizada como uma empresa, e como tal, tinha como grande objetivo a realização de lucros. O sentido da colonização é uma categoria central para compreender as origens e continuidades de nosso processo de formação sócio-histórico. Para o autor, todo processo histórico de formação nacional possui um sentido mais ou menos estável, relacionado a um vetor de condução, que no Brasil significa uma existência determinada por e para o exterior. O país surge para o mundo como fornecedor de matérias-primas, organizando sua sociedade e sua economia segundo um "objetivo exterior, voltado para fora do país", recorrendo à mão de obra escravizada.

Açúcar, tabaco, ouro, algodão e café compuseram, em diferentes momentos, os ciclos econômicos que atenderam às demandas do comércio europeu, moldando a organização social, o uso da terra e as formas de trabalho. Esse caráter inicial, voltado à exportação e subordinado aos interesses externos, marcou profundamente a organização socioeconômica do país ao longo de três séculos, definindo o sentido predominante da evolução brasileira (Prado Júnior, 2011).

Prado Júnior (2011) defende a tese de que, na contemporaneidade brasileira do século XX, os traços históricos da escravidão e de uma economia subordinada ao mercado internacional, permanecem na construção da organização socioeconômica do país. Assim, o sentido da colonização continua presente, ainda que modificado em suas formas.

No que se refere à colonização portuguesa na Amazônia brasileira, Prado Júnior (2011, p. 223) explica que a colonização dessa região se torna possível quando ela passa a oferecer gêneros naturais valorizados no mercado internacional. Os colonos identificam na floresta produtos como cacau, cravo, canela, castanha, salsaparrilha, além de recursos animais como a tartaruga e o peixe-boi. Esses itens, destinados ao comércio europeu, forneceram a base material necessária para justificar a presença portuguesa no vale amazônico. Sem essa utilidade econômica, observa Prado Júnior (2011, p. 223), não haveria razão para ocupar um território tão vasto e distante dos centros coloniais. Assim, a colonização da Amazônia nasce conectada diretamente à lógica extrativista e exportadora que organiza a formação socioeconômica brasileira.

Cumpre destacar, no âmbito do Pensamento Social Latino-Americano, que Caio Prado Júnior, ao escrever a tese do sentido da colonização em 1942, estava em diálogo com os marxistas, e não com o campo liberal. O autor entendia que o Marxismo não deveria ser aplicado em qualquer contexto como uma fórmula universal, necessitando de adaptações às particularidades locais. Tal posicionamento o distanciou das diretrizes rígidas da Terceira Internacional defendidas pelo Partido Comunista Brasileiro, que defendia a tese da terceira internacional. De maneiras distintas, mas com a mesma premissa básica, se orientaram os demais autores trabalhados aqui. Marini, Mariátegui e Clóvis Moura foram marxistas criativos, que souberam atualizar Marx, mantendo o rigor do núcleo de seu pensamento.

Talvez quem melhor tenha feito isso seja Ruy Mauro Marini, na Dialética da Dependência, escrito em 1973. Neste texto, o autor se debruça na compreensão das particularidades do capitalismo latino-americano a partir da aplicação rigorosa, e criativa, da dialética marxista. Não há neste procedimento uma contradição com a noção de totalidade, pois os particularismos convivem com o universalismo, sendo categorias mutuamente dependentes quando pensados desde um ponto de vista dialético materialista. O particular faz parte do total, assim como o total faz parte do particular. É como na explicação de Marx (2015) sobre a interdependência entre a compreensão da anatomia do macaco a partir da anatomia do humano,

ou seja, é o desenvolvimento do capitalismo como modo de produção universal que permite entender a dependência da América Latina.

Segundo Marini (2011), a forma subordinada como a América Latina se integrou ao mercado mundial durante o processo de colonização estabeleceu as bases da divisão internacional do trabalho e da dependência que se consolidou ao longo do século XIX. Ao se configurar, inicialmente, como fornecedora de metais preciosos e gêneros exóticos, e posteriormente, como fornecedora de alimentos e matérias-primas diversas para a Europa, a região contribuiu decisivamente para potencializar e possibilitar o desenvolvimento industrial europeu.

É nesse contexto que se forma o que Marini (2011) denomina de divisão internacional do trabalho, na qual os países europeus se especializam na indústria, enquanto os latino-americanos se dedicam à exportação de bens primários. Essa dinâmica gera uma transferência de valor em direção aos países centrais, um mecanismo identificado por Raúl Prebisch na CEPAL, denominado originalmente de deterioração dos termos de intercâmbio.

Este mecanismo ajuda a compreender a colonização da Amazônia brasileira. Foi o foco em gêneros naturais que impulsionou expedições para a região, que posteriormente passou a atender a demanda por borracha dos países industrializados da Europa e da América do Norte. Inicialmente concentrada no Pará e no Amazonas, a economia extrativista seringueira avançou para áreas mais distantes do vale amazônico - os territórios do alto Purus e Juruá (Prado Júnior, 2011). São justamente esses espaços amazônicos que correspondem hoje às duas mesorregiões que formam o território oficialmente conhecido como Acre.

É, portanto, a expansão do capitalismo para a Amazônia na segunda metade do século XIX, que integrou o território acreano ao sentido da colonização. Ainda que a região fosse habitada por povos indígenas, essas terras eram tidas como não povoadas pela classe dominante interessada nos lucros da exploração da borracha. Iniciou-se, assim, um processo de disputas territoriais entre as elites, processo no qual a presença indígena, seus modos de vida e suas formas próprias de organização do trabalho foram desconsiderados.

Conforme explica Moura (1994), o racismo opera como uma ideologia de dominação que legitima os interesses das classes dominantes. A partir da oposição superioridade/inferioridade e civilizado/primitivo, o racismo fornece as bases para relações de dominação entre nações e entre classes sociais no interior dos países. Os povos indígenas da Amazônia acreana eram tidos como primitivos, incivilizados, selvagens e inferiores pela perspectiva eurocêntrica do colonizador. A ideologia do racismo justificou a invasão de territórios, servidão e exploração do trabalho indígena, sustentada por uma noção de desenvolvimento que os tinha como sinônimo de atraso e empecilho ao que seria o caminho da civilização, do progresso e da modernidade.

No processo de formação social da Amazônia acreana, a violência colonial materializou-se de forma contundente por meio da miscigenação forçada. Durante as chamadas "correrias"[8], mulheres indígenas eram raptadas e forçadas a constituir família com seringueiros. Para além de uma brutal estratégia de sobrevivência frente ao avanço extrativista, essa dinâmica operou como um mecanismo de apagamento geopolítico e demográfico dos povos indígenas no território. O incentivo ao branqueamento e à diluição étnica consistiu em uma clara materialização do racismo como arma ideológica de dominação (Moura, 1994), voltada a obliterar a alteridade para facilitar a expropriação das terras.

[8] As correrias referem-se à expropriação de territórios indígenas, acompanhadas de outras formas de violência, como assassinatos e trabalho escravo.

Sob a égide dessa racionalidade, a presença indígena na região foi deliberadamente invisibilizada por décadas. Os povos originários passaram a ser categorizados sob a identidade genérica de "caboclos", termo que, longe de ser uma mera classificação de mistura racial, funcionou como um dispositivo político de negação da identidade étnica. Ao destituir o indígena de sua condição de sujeito de direitos originários e transformá-lo discursivamente em trabalhador rural miscigenado, a classe dominante legitimou a continuidade das invasões e a ocupação perene de seus territórios ancestrais.

Para adensar a análise das lutas sociais e da problemática indígena na Amazônia acreana sob o prisma do capitalismo extrativista e dependente, faz-se indispensável resgatar o pensamento de José Carlos Mariátegui, notadamente em sua obra fundamental *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*[9]. Nesse texto, o autor empreende uma rigorosa crítica materialista da conjuntura dos anos 1920, reposicionando o debate sobre os povos indígenas por meio de uma perspectiva metodológica inédita, cujas categorias teóricas lançam luz sobre as dinâmicas de lutas sociais na formação histórico-social latino-americana.

Conforme preconiza Mariátegui (1979), a interpretação da questão indígena como um problema étnico, cuja resolução supostamente se daria pela via da mestiçagem, constitui uma perspectiva ideológica funcional aos interesses do imperialismo. Para o pensador peruano, a questão indígena é uma questão social. Desse modo, não deve ser encarada de forma isolada, mas sim como uma contradição social intrinsecamente vinculada à problemática da terra, localizando nela os seus verdadeiros fundamentos econômicos e políticos.

A elaboração teórica de Mariátegui encontra importante antecedente nas reflexões de Manuel González Prada[10], intelectual que inaugurou no Peru um movimento de consciência crítica sobre a realidade nacional, elegendo a condição indígena como a contradição social central do país. No ensaio *Nuestros Índios*, González Prada articula as primeiras formulações que vinculam diretamente a opressão dos povos indígenas ao sistema de propriedade agrária e ao poder hegemônico das elites latifundiárias.

Mariátegui (1979) desenvolve e aprofunda essa abordagem ao situar a problemática indígena no cerne da formação econômica peruana. Para compreender as contradições daquela realidade, o autor analisa a evolução econômica do país desde o período colonial até a consolidação da República. Nesse percurso, identifica uma tríade estrutural e interdependente: as dimensões econômica, agrária e indígena, destacando o papel central do gamonalismo. Este fenômeno é caracterizado pelo autor como "um sistema de poder político local e regional, controlado pelos grandes proprietários de terra", que atua como o braço político-institucional necessário para perpetuar a servidão indígena e a hegemonia da grande propriedade rural (Mariátegui, 1979, p. 23).

Mariátegui (1979) observa que, a despeito da transição formal do regime colonial para o arranjo republicano, a essência colonial da economia peruana tendeu a persistir. Essa estrutura perpetuou-se pela manutenção de traços feudais, expressos na severa concentração fundiária, nas relações de servidão e no poder político exercido pelas elites agrárias, combinada a uma inserção dependente e subordinada às demandas do mercado externo. Tal diagnóstico fundamenta a tese do autor de que a opressão indígena não é um resquício histórico superado,

[9] Publicada originalmente em 1928, constitui-se em uma reunião de escritos de Mariátegui, publicados em *Mundial* e *Amauta*, acerca da realidade peruana (Mariátegui, p. 5).

[10] A partir de Souza (2015, p. 125) um breve informativo acerca de González Prada: foi um poeta e intelectual peruano que viveu de 1841 a 1918. Considerava a população indígena como a "verdadeira base da sociedade peruana". Entendia que a "opressão dos índios pelas classes dominantes" era um fator de atraso em seu país. Escreveu o notável ensaio "Nuestros índios" (1904).

mas uma engrenagem que necessita ser apreendida a partir de seus pilares econômicos e políticos constitutivos.

Dessa forma, a problemática indígena é situada no amálgama dessa organização econômica e política, cujas engrenagens articulam o poder local às dinâmicas internacionais do capital. Mariátegui (1979) evidencia que a elite dirigente republicana herda as estruturas coloniais e passa a confrontar as forças sociais emergentes das próprias contradições do desenvolvimento capitalista. Todavia, na particularidade latino-americana, o sujeito histórico de contestação não se restringe a um proletariado urbano clássico, mas manifesta-se vigorosamente no campesinato indígena. É precisamente em contraposição a essa hegemonia oligárquica e latifundiária que emergem as lutas camponesas, reivindicando a terra como espaço de libertação e de soberania material.

Ao decodificar a opressão dos povos indígenas a partir de suas bases estruturais, Mariátegui (1979) desmistifica as saídas reformistas e recoloca o indígena no centro do debate emancipatório latino-americano. O autor evidencia, assim, que a subalternidade desse grupo está intrinsecamente ligada à perenidade das heranças coloniais no campo. Desse modo, conforme identifica Mariátegui (1979), o horizonte de transformação social não decorre de concessões estatais ou tutela humanitária, mas sim da auto-organização e da articulação política dos próprios povos indígenas em defesa de sua existência e de seu território.

Transpondo essa matriz analítica para a formação social da Amazônia acreana, observa-se uma homologia estrutural nítida: a economia extrativista da borracha implantou-se sob a égide do latifúndio, os seringais, e da exploração do trabalho de migrantes nordestinos e de populações nativas. Nessa dinâmica, a figura dos "coronéis do barracão" operou como a tradução local do gamonalismo mariateguiano, exercendo um poder oligárquico autocrático e controlando os aparelhos de Estado para legitimar a expropriação violenta dos territórios indígenas. Configurou-se, desse modo, uma organização socioeconômica e política cuja dominação regional respondia de forma subordinada e direta às demandas de expansão do mercado mundial e aos interesses do capitalismo central.

À luz das indicações de Mariátegui (1979), as lutas sociais camponesas e indígenas desabrocham precisamente dessas fraturas na formação econômica latino-americana, cuja tessitura amarra as oligarquias regionais aos ditames do capitalismo internacional. No cenário acreano, esse desenho histórico, balizado por sucessivas expropriações territoriais e pela brutalidade do extrativismo, impeliu os povos originários a converter a experiência da opressão em práxis e consciência de classe. Por conseguinte, as lutas sociais indígenas contemporâneas não se desenham como um fenômeno isolado, mas como a manifestação política direta das contradições estruturais plantadas pelo desenvolvimento do capitalismo dependente na região.

Essa formação capitalista, extrativista e dependente manifesta-se na Amazônia acreana por meio de uma crônica inserção subordinada às exigências dos centros econômicos globais, orientando historicamente a estrutura regional para o fornecimento de bens primários. Sob essa racionalidade exportadora, sucederam-se diferentes ciclos econômicos na região: à era da borracha sobrepôs-se a expansão da pecuária, dinâmica que atualmente é complementada pela introdução da monocultura da soja e pela persistente exploração madeireira. Mantendo o latifúndio como base material de sustentação, essa constante atualização das frentes agrícolas e extrativistas tensiona as fronteiras dos territórios habitados pelos povos indígenas, perpetuando conflitos socioterritoriais que se estendem, com novas roupagens, até o presente cenário contemporâneo.

Embora no governo da Frente Popular[11] (1999-2018), tenha havido a defesa de uma pauta ambiental supostamente alinhada aos modos de vida dos povos da floresta, o que se observou foi a continuidade e o aprofundamento de práticas associadas a uma política econômica neoliberal, marcada pela mercantilização e financeirização da natureza. Isso se expressou em uma economia voltada para a exploração madeireira e pecuária para fins de exportação, além da implementação de programas de crédito de carbono.

Em resposta a esta inflexão, organizações ligadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais que trabalham e vivem na floresta articularam frentes de resistência e contestação aberta às diretrizes governamentais. Um marco dessa ruptura ocorreu em maio de 2017, durante o encontro *"Os efeitos das políticas ambientais/climáticas para as populações tradicionais"*, sediado em Xapuri. Na ocasião, lideranças indígenas e extrativistas denunciaram os impactos espoliadores dos projetos de economia verde, expondo as contradições de um modelo de conservação mercantil que reproduz velhas lógicas de exclusão territorial.

No tocante às políticas que envolvem o mercado de carbono, como o programa REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), lideranças indígenas apontaram a imposição de restrições às comunidades com limitações para o modo de vida cotidiano, como a agricultura, pesca e caça e usos de bens florestais (Cimi, 2017).

**Figura 1** - Arte de Samuel Jaminawa elaborada em forma de mural para o Encontro.




Fonte: Carta de Belém, 2017.

Na ocasião, foi produzida a "Declaração de Xapuri", datada de 28 de maio de 2017, em que os povos indígenas e seringueiros reafirmaram a união para a luta contra o capital e em defesa de seus territórios e modos de vida, resgatando a história de resistência desses povos e a luta social e ambiental de Chico Mendes, que ora estava sendo fortemente apropriada pelo governo local em ações de publicidade governamental:

> Nós, moradores da floresta, seringueiras e seringueiros, indígenas Apurinã, Huni Kui, Jaminawa, Manchineri, Shawadawa, integrantes de organizações solidárias e Equipe Itinerante, professores e professoras de diferentes universidades, reunidos em Xapuri,

[11] A Frente Popular do Acre constituiu uma ampla coligação partidária que, ao longo dos anos, reuniu diferentes siglas em torno de um mesmo projeto político. Segundo Moura (2018, p. 34 a composição da coligação variou a cada eleição estadual: em 2002, integravam-na PT, PL, PC do B, PV, PMN, PSDC, PC do B; em 2006, PP, PT, PL, PRTB, PMN, PSB, PC do B; em 2010, PT, PP, PRB, PDT, PTN, PR, PSDC, PHS, PTC, PSB, PV, PRP, PCB, PTB, PSTU, PcdoB; e, em 2014, PDT, PRB, PT, PSL, PTN, PSDC, PHS, PSB, PRP, PEN, PPL, PCdoB, PROS e PTB.

A coligação assumiu o governo estadual em 1999 e permaneceu no poder até 2018, período em que se consolidou um ciclo de vinte anos de hegemonia política no Acre. Nesse período, governaram o estado: Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores (PT), em dois mandatos consecutivos (1999-2006); Binho Marques (PT), entre 2007 e 2010; e Tião Viana (PT), também em dois mandatos (2011-2018).

> no período de 26 a 28 de maio de 2017, no encontro "Os efeitos das políticas ambientais/climáticas para as populações tradicionais", declaramos:
> – Que, neste momento de retomada, estamos unindo as lutas dos povos indígenas e seringueiros em uma mesma causa. Nossa união é nossa principal arma de ação contra o capital.
> – Que, cientes da história de resistência dos povos da floresta e do legado de Chico Mendes, nos manteremos firmes na defesa de nossos territórios. Assim como os que nos antecederam, seguiremos nos opondo às tentativas de expropriação de nossos modos de vida. Exigimos a demarcação e reconhecimento de nossos direitos a terra e território.
> [...]
> Conclamamos outros povos, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, a recusar esse padrão destrutivo, marcado pela desigualdade e pela violação dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Reiteramos nossa unidade na luta e disposição de resistir até o fim. Chico Mendes vive, não nas ações de marketing governamental, mas sim na luta dos povos da floresta (Carta de Belém, 2017).

Desse modo, lideranças de povos indígenas e de comunidades tradicionais afirmaram o seu posicionamento contra as falsas soluções à crise climática e em defesa de seus direitos territoriais.

Em reação, houve ameaças às lideranças por parte dos donos do poder no Acre, o que, por sua vez, levou à manifestação de entidades ligadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais, que divulgaram carta de repúdio, solidarizando-se com estes. No documento, há o direcionamento da "denúncia e do repúdio" para o governo do estado acreano e organizações não governamentais ligadas a ele. Segundo consta na carta, o governo difama os que se posicionam de modo contrário à sua política ambiental e climática, alegando que as questões apresentadas impediriam o recebimento de recursos que beneficiam os povos da floresta no Acre (Cimi, 2017).

Em junho de 2018, em continuidade às ações de observação e denúncia dos efeitos dos projetos da economia verde sobre os povos indígenas e comunidades tradicionais, houve um novo evento, o *"IV Encontro de Formação e Articulação dos Povos das Florestas no Enfrentamento das Falsas Soluções"*, agora realizado em Sena Madureira.

**Figura 2:** Painel elaborado na ocasião do Encontro.




Fonte: Amigos da Terra Brasil, 2018.

No encontro, foi elaborada a "Declaração de Sena Madureira", de 17 de junho de 2018. No texto, além da denúncia às "falsas soluções" do capitalismo verde, os povos falam da divisão que os projetos da economia verde causam nas comunidades, assim como a ameaça à autonomia destes sobre o uso da terra. Ao que reafirmam a questão territorial como cerne das lutas dos povos da floresta:

> Rejeitamos o programa REM (REDD Early Movers – "Pioneiros do REDD", em português), financiado pelo banco público alemão KfW, que induz as comunidades a aceitarem a lógica do capitalismo verde e usa o estado do Acre, indevidamente, como exemplo de "sucesso" em desenvolvimento sustentável. Na verdade, o programa divide as comunidades e ameaça a autonomia dos povos sobre o uso da terra em seus próprios territórios, colocando em risco sua soberania alimentar e seus costumes e saberes tradicionais.
> [...]
> Além disso, o dinheiro proveniente destes projetos não responde aos anseios e necessidades das populações originárias e tradicionais, como, por exemplo, a demarcação das terras indígenas e regularização fundiária dos pequenos agricultores e agricultoras de áreas atingidas por medidas de capitalismo verde. Ainda hoje não há transparência sobre como tais recursos são aplicados, como já havíamos denunciado na Declaração de Xapuri. Cobramos do Ministério Público Federal que exija a prestação de contas dos projetos (Amigos da Terra Brasil, 2018,).

Na ocasião do evento e da carta de declaração foi celebrada a "retomada e ocupação Jaminawa de seus territórios ancestrais". Naquele momento, este acontecimento fortalecia a união e resistência desses povos (Amigos da Terra Brasil, 2018).

**Figura 3:** Integrantes de povos indígenas e comunidades tradicionais reunidos no "IV Encontro de Formação e Articulação dos Povos das Florestas no Enfrentamento das Falsas Soluções".



Fonte: Amigos da Terra Brasil, 2018.

Essa ação seguiu-se por outra, ainda naquele ano de 2018, no mês de dezembro, novamente em Xapuri, onde houve o encontro *"Chico Mendes no Empate Contra as Falsas Soluções do Capitalismo Verde".* Acerca desse momento, como demonstra o próprio título do evento, nota-se o resgate da memória das lutas sociais empreitadas no Acre por Chico Mendes e, ainda, do Empate[12].

[12] O empate foi um movimento de resistência no Acre, na década de 70, por parte dos trabalhadores seringueiros, que lutaram em defesa da floresta e de seus modos de vida. Na realização dos chamados empates, reuniam-se em um "grande mutirão homens, mulheres e crianças e se colocavam à frente dos peões e motosserras no intuito de evitar os desmatamentos" (Silva, 2019).

**Figura 4:** Manifestação contra as falsas soluções do Capitalismo Verde.




Fonte: Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2022.

Misoczky e Flores (2020, p. 21) entendem as lutas sociais como "conflitos sociais abertos realizados por coletivos que demandam organização". Nos anos finais do governo da Frente Popular, a existência dessas manifestações (encontros, passeatas, declarações, cartas de denúncia e repúdio) por parte de organizações[13] que se posicionavam criticamente diante desses projetos climáticos e ambientais evidenciava a existência de conflitos sociais abertos, ou seja, de luta social expressa por meio da ação coletiva organizada.

A experiência "dolorosa" decorrente desses projetos ambientais e climáticos levou movimentos locais a se reorganizaram e recolocarem suas reivindicações em pauta, reconstruindo sua ação coletiva. A existência dessas manifestações indica uma nova movimentação e dinâmica das organizações diante das contradições produzidas pelo modelo capitalista extrativista e dependente nesse espaço. As contradições desse modelo histórico na Amazônia acreana emergiram na própria ação de luta social das organizações.

O atual governo de Gladson Cameli (2019-2026) aprofunda essa trajetória dependente, radicalizando a racionalidade neoliberal por meio da expansão da fronteira agrícola e do incentivo explícito à monocultura da soja. Longe de romper com o passado, esse modelo de desenvolvimento reatualiza o sentido colonial da exploração do território, convertendo a natureza e a terra em ativos financeiros subordinados à exportação. Essa ofensiva agroextrativista tensiona diretamente as condições de reprodução material e cultural dos povos originários, deflagrando novos ciclos de espoliação territorial. Na tessitura do Estado contemporâneo, essa organização econômica reflete a sobrevivência das velhas estruturas oligárquicas: a aliança entre a elite ruralista regional e o grande empresariado nacional opera como uma versão modernizada, e neoliberal, do gamonalismo, instrumentalizando os aparelhos

[13] A partir das assinaturas constantes na Carta de Xapuri identificamos a participação das seguintes organizações que representam povos da floresta: Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre e Amazonas (OPIAJBAM), Movimento dos Pequenos Agricultores de Rondônia (MPA), Via Campesina, Federação do Povo Huni Kui do Acre (FEPHAC), além de organizações apoiadoras do movimento: Grupo de Pesquisa, Território e Política na Amazônia (TRATEPAM), Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental (NUPESDAO), Grupo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável (Gpeeads), Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), Amigos da Terra – Brasil, Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Ufac (CACS), Movimento Esquerda Socialista – PSOL, Coletivo Junto – Acre, Fórum de Mudanças Climáticas, Equipe Itinerante, Centro Shuar Kupiamais (Equador) e Conselho Indigenista Missionário – Cimi (Movimento pelas Florestas Tropicais, 2018).

burocráticos e legislativos para subjugar os direitos originários aos ditames da acumulação capitalista.

Em sua gênese, a gestão de Gladson Cameli articulou uma agenda explicitamente corporativa, alinhada aos interesses históricos da elite rural e do empresariado local. Contudo, em um segundo momento, a governabilidade exigiu uma inflexão discursiva em direção à agenda climática e às pautas dos povos indígenas. Essa reorientação ocorre no contexto contemporâneo, no qual há uma inédita incorporação de quadros indígenas na burocracia estatal, tanto em escala regional quanto federal; entretanto, essa representatividade encontra-se ainda fortemente assediada pela persistente hegemonia econômica do agronegócio.

Paralelamente, no estado acreano desenvolve-se um processo sutil de cooptação política, no qual mecanismos institucionais e financeiros desmobilizam o potencial contestatório das lideranças, convertendo-as em agentes que propagam, sustentam e reproduzem a defesa de ferramentas neoliberais de gestão da natureza, a exemplo do mercado de créditos de carbono. Desse modo, essa transição da gestão Gladson Cameli não configura uma ruptura estrutural, mas sim uma estratégia de legitimação adaptativa.

Sob a égide da crise climática contemporânea, os territórios ancestrais e a cosmovisão de equilíbrio com a natureza dos povos originários são ressignificados e passam a adquirir uma nova métrica de valorização dentro da lógica da acumulação capitalista. A emergência do mercado de créditos de carbono consolida essa dinâmica, na qual a inserção das comunidades em projetos de compensação ambiental é discursivamente promovida como o único horizonte possível para a sua autonomia financeira. Dessarte, as iniciativas atreladas à economia verde no Acre converteram-se no principal eixo da ação governamental direcionada a essas populações, transformando seu secular papel de guardiões da floresta em uma racionalidade instrumentalizada e funcional à reprodução do capital ecológico.

É bastante óbvio supor que os povos indígenas estão entre os grupos mais diretamente afetados pelos efeitos das mudanças climáticas, como as cheias e secas históricas[14]. Nos últimos anos, os níveis do rio Acre têm atingido marcas inéditas, com oscilações em intervalos cada vez menores. Enquanto isso, o mercado de carbono gera créditos que permitem que indústrias de países considerados desenvolvidos continuem a poluir, sob a imagem de eticamente responsáveis.

Se durante a colonização da Amazônia acreana a ideologia do racismo ofereceu o substrato para a expropriação de territórios indígenas, destituindo-os da autonomia sobre a terra e submetendo-os ao regime de servidão nos seringais, na contemporaneidade essa dinâmica adquire novos contornos institucionais. As ações governamentais focadas nos povos da floresta, capitaneadas pelos mecanismos de valoração de serviços ambientais, são discursivamente envelopadas como canais de emancipação econômica. Contudo, as fraturas evidenciadas pelas frentes de resistência revelam a persistência dos históricos conflitos socioterritoriais e ambientais, desvelando o caráter assimétrico dessa inclusão mercadológica.

Outrossim, a sistemática difusão desses projetos climáticos no cotidiano regional, ao ser apresentada como uma via única e incontornável, opera como um dispositivo ideológico que obscurece as tensões decorrentes do modelo extrativista e dependente. Essa narrativa

[14] No ano de 2024, em março, quando ocorreu a cheia, o rio Acre chegou à marca de 17,84, atingindo, assim, o auge de seu nível. Passados menos de três meses, em junho, registrou nível abaixo de 2m, sendo que sua marca normal é de 4,50 m. Conforme Relatório Hidrometeorológico – Previsão Climática e Nível dos Rios, realizado à época, trata-se de uma "cota histórica para o período em 10 anos, a média para esse período seria em torno de 5 metros" (Lirtêz, 2024).

fetichizada da sustentabilidade mitiga os sintomas do colapso ecológico, mas desvia deliberadamente o foco das reais causas estruturais da crise ambiental: a subordinação da terra e da vida aos imperativos da acumulação global.

No cenário político contemporâneo brasileiro relacionado à questão indígena, observa-se que, em um passado recente, o governo de Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), atuou intencionalmente contra os povos originários. O governo se posicionou contra a demarcação e regularização de territórios indígenas e incentivou a invasão e apropriação de áreas para exploração de bens naturais. Já no atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), há um cenário de maior abertura às pautas indígenas, com a presença de representantes desse grupo social em importantes postos de decisão, a exemplo de Sonia Guajajara, que assumiu o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), e de Joênia Wapichana, que passou a chefiar a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

O Governo Lula comprometeu-se a realizar esforços para a demarcação e proteção dos territórios indígenas e, embora algumas demarcações tenham sido efetivadas no início de seu mandato, pouco se avançou desde então. Isso porque não se trata somente de uma questão administrativa e jurídica. Apesar de Jair Bolsonaro não ter sido reeleito, o Congresso Nacional permanece com forte presença da bancada ruralista, que atua ativamente contra os direitos territoriais indígenas e da defesa da natureza.

No Congresso, a bancada ruralista organiza sua atuação sobretudo por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Rauber (2021, p. 21) destaca que a "FPA é um grupo de interesse suprapartidário que (...) reúne especialmente os parlamentares ruralistas do Congresso Nacional, que, por sua vez, estão associados à defesa dos interesses dos setores agroindustriais e do patronato da agropecuária". Ainda que se apresente como uma Frente que congrega diversos partidos, não estando subordinada a nenhum deles, a FPA, em sua gênese e defesa de pautas, aparece alinhada a posições políticas de direita e, também, de extrema direita (Martins, 2023).

Segundo Martins (2023, p. 6), a bancada ruralista aparece mais alinhada a valores conservadores, favorecendo pautas como a "flexibilização das regulamentações ambientais e trabalhistas, a facilitação do acesso a armas de fogo e uma postura avessa à demarcação de terras indígenas e quilombolas, bem como a resistência à reforma agrária". Acerca da ação da FPA contra a demarcação de terras indígenas, Rauber (2021) constata que, desde o início da década de 2010, a FPA tem atuado de forma organizada na contestação dos direitos territoriais indígenas, contando inclusive com o suporte do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), financiado por entidades do agronegócio.

O antropólogo Caio Pompeia observa que a FPA tem fortalecido sua articulação política. Na atual configuração do Congresso, a bancada ruralista possui número expressivo de membros: na Câmara dos Deputados, 374 deputados dos 513 parlamentares integram a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA); no Senado Federal, são 50 dos 81 senadores (Prazeres, 2023).

A defesa dos interesses das elites latifundiárias vinculadas ao agronegócio, com forte capilaridade nos poderes Executivo e Legislativo, reverbera com nitidez no Acre contemporâneo. No comando do Executivo estadual, a eleição do empresário e político Gladson Cameli (Progressistas), em 2018, interrompeu duas décadas de hegemonia da Frente Popular. Desde a campanha eleitoral, a nova gestão assumiu o compromisso de implantar uma matriz de desenvolvimento ancorada nas demandas do capital corporativo e do ruralismo regional. Essa postura tendeu a se consolidar logo nos primeiros dias de mandato em 2019, conforme ilustra o registro oficial de sua visita a uma propriedade voltada à monocultura:

> Em visita a 700 hectares de plantação, governador afirmou que vai acabar com entraves que emperram o crescimento do agronegócio no Acre.
> O governador do Estado do Acre, Gladson Cameli, afirmou que o Acre está pronto para crescer com o agronegócio, setor que vai permitir gerar emprego e renda, e inserir o estado, de uma vez por todas, na rota do desenvolvimento econômico e social do país.
> 'O Acre está pronto para o agronegócio, porque acabou o tempo em que o produtor rural era perseguido por querer plantar. O tratamento para quem quer ajudar a desenvolver o Acre será outro', afirmou o governador, ao conhecer de perto, neste sábado, 5, o mega plantio de soja do empresário Jorge Moura, na zona rural do município de Capixaba (a 80 quilômetros de Rio Branco).
> [...]
> Empresário confia no novo governo do Acre.
> A propriedade rural visitada pelo novo governador, e que pertence ao empresário Jorge Moura, é um exemplo de que é sim, possível investir em culturas além das tradicionais. Ele aposta no dinamismo do jovem governador para que o Acre cresça como nunca aconteceu em outra época, no setor do agronegócio (Moraes, 2019).

Em seus discursos iniciais, frequentemente aparece a defesa da flexibilização de normas ambientais e de segurança jurídica aos ruralistas. Também se evidencia a intenção do governo de agilizar a compra de terras por grupos econômicos interessados em monoculturas como a soja:

> A salvação econômica do Acre está no agronegócio. Vamos dar todas as oportunidades para quem quiser investir e a segurança jurídica necessária para deixar o produtor rural trabalhar. Não podemos mais impedir que a geração de emprego e renda se esbarre na burocracia", enfatizou.
> [...]
> 'Já temos oito grandes grupos interessados em comprar terras para plantar soja no Acre. Queremos que eles se instalem o mais rápido possível. A nossa parte, o governo vai fazer, que é desburocratizar, dar segurança jurídica e garantir a manutenção e trafegabilidade dos ramais. Chegou o tempo da prosperidade para o nosso povo´, afirmou o governador, confiante no seu novo programa de desenvolvimento (Moraes, 2019).

Essa postura marcou o início do governo acreano, alinhado à época, ao governo federal, que promovia uma política antiambiental. A proposta era eliminar os entraves para disponibilizar bens naturais à exploração de grandes grupos econômicos e, assim, impulsionar a exportação para países estrangeiros.

A economia local tem se orientado para atender aos interesses dos países asiáticos, com os quais se buscou estreitar relações. Nesse sentido, ainda em 2019, o governador participou de agenda oficial na China como integrante da comitiva brasileira liderada por Jair Bolsonaro, então chefe do Executivo federal:

> Como o próprio governador Gladson Cameli descreveu, esta sexta-feira, 25, é o 'grande dia' de uma extensa agenda que cumpre ao lado do presidente Jair Bolsonaro, na China. Hoje, o Estado do Acre, representado pelo chefe do Executivo, irá participar da solenidade de assinatura do acordo de interesses entre o presidente Bolsonaro e o presidente da china, Xi Jinping, que dará início a uma importante relação comercial entre ambos os países [Brasil e China], através da importação e exportação de produtos, passando pelo Acre e o Pacífico.

> [...]
> ‘Será na província de Shandong e eu estarei como único governador que estará a convite da presidência’, destacou o governador do Acre.
> [...]
> De lá, ele declarou que o Acre será a porta de entrada de tudo que o Brasil quiser importar e exportar, no que tenha respeito ao Pacífico (Farias, 2019).

Sob a mesma racionalidade, a expansão do padrão agroexportador exige a produção de uma infraestrutura logística voltada a viabilizar o escoamento célere de *commodities* em direção ao mercado asiático. É nesse horizonte de integração física subordinada que ganha centralidade o projeto de construção da rodovia conectando o município de Cruzeiro do Sul (Acre) à cidade de Pucallpa (Peru). Defendida em uníssono pelas cúpulas dos poderes Executivo e Legislativo, essa obra de grande vulto materializa o consórcio de interesses entre frações do capital comercial, corporações de engenharia e a oligarquia ruralista, que enxergam na abertura de eixos rodoviários transfronteiriços uma nova fronteira econômica, operada à custa da pressão sobre os territórios tradicionais e da fragilização ecológica da região.

Parlamentares alinhados ao projeto de desenvolvimento agroexportador, incluindo membros da bancada ruralista e apoiadores do governo federal à época, como o senador Márcio Bittar (União Brasil), têm defendido ações nesse sentido desde o início de seus mandatos. Ligado ao setor agropecuário e tendo sido líder do governo no Senado, Bittar apoia a construção da rodovia com o objetivo de transformar o Acre em corredor de exportação de soja, carne bovina e suína para países asiáticos. Em 2020, ele esteve com o então Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, para tratar dos procedimentos iniciais da obra:

> ‘O ano de 2020 será um ano de realizações estruturais para o estado do Acre. Teremos várias obras em andamento e outras sendo concluídas, a exemplo do anel viário de Brasileia, 90 quilômetros da estrada de Assis Brasil e o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para a construção da estrada que liga Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru’. O anúncio foi feito pelo ministro Tarcísio Freitas, da Infraestrutura, em reunião na tarde dessa terça-feira, 12, com o senador Márcio Bittar e Ricardo França, representante do Estado do Acre em Brasília.
> [...]
> O senador Márcio Bittar pediu o apoio irrestrito ao ministro Tarcísio e ao deputado Eduardo Bolsonaro, salientando que espera nesse novo governo novos tempos de prosperidade para um estado que por tanto tempo foi esquecido pelo poder central.
> [...]
> Ainda durante a reunião, o ministro determinou à sua equipe que iniciasse os procedimentos para o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para a estrada de Cruzeiro do Sul a Pucallpa (Peru). Tarcísio Freitas assegurou ao senador Márcio Bittar que visitará o Acre em breve e que o Acre e seu povo são prioridades no seu ministério (Casseb, 2019).

Caso se concretize, essa estrada impactará diretamente os modos de vida indígena, pois atravessará territórios onde eles vivem. Após essas primeiras iniciativas políticas em defesa da obra, houve encaminhamentos administrativos rumo à sua implementação. No entanto, a partir da atuação de entidades e organizações da sociedade civil, incluindo organizações indígenas, foram ajuizadas ações civis públicas junto ao Ministério Público Federal (MPF), resultando, em 2023, na interrupção do projeto.

Ainda assim, políticos acreanos alinhados ao projeto agroexportador continuam a defender a construção da estrada. Em julho de 2024, no município de Cruzeiro do Sul, cidade

acreana que faz fronteira com o Peru, realizou-se um evento com a presença do governador, de representantes da classe empresarial acreana e de autoridades peruanas, cuja pauta principal foi justamente a retomada da agenda da rodovia, impulsionada pela elite política do estado. Na ocasião, o governador reafirmou seu empenho na continuidade do projeto: "O momento demonstra que, tanto para o lado peruano quanto para o brasileiro, representado pelo governo do Acre, Prefeitura de Cruzeiro do Sul e a classe empresarial local, o objetivo principal é vencer os desafios para a integração entre os países" (Maia, 2024, s/p).

A articulação entre as lentes do Pensamento Social Latino-Americano e as evidências empíricas da Amazônia acreana contemporânea revela que a região não rompeu com as amarras de sua formação sócio-histórica dependente. Passados mais de 150 anos do início da colonização, o território permanece estruturado em torno de um modelo extrativista e agroexportador. Longe de ser um resquício superado, esse padrão histórico é constantemente atualizado na fase neoliberal do capitalismo por meio de frentes integradas: a expansão da fronteira agrícola (sobretudo pela pecuária e pela monocultura da soja) e a implementação de macroprojetos de infraestrutura logística voltados a conectar a região ao mercado asiático. Sob a batuta das elites políticas e econômicas locais e nacionais, essa dinâmica perpetua a vulnerabilidade dos povos originários, cujos cotidianos continuam marcados pela violência e pelo cerceamento de suas condições de existência.

Essa centralização do poder econômico e político na tecnoburocracia estatal e no ruralismo corporativo materializa-se na proposta de construção da rodovia transfronteiriça entre Cruzeiro do Sul (Acre) e Pucallpa (Peru). Defendido pela bancada ruralista regional como vetor de um suposto desenvolvimento, o projeto avança sem a realização da consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas, violando prerrogativas constitucionais e internacionais. Esse bloqueio decisório explicita como as instâncias de governança contemporâneas desconsideram deliberadamente a autodeterminação e a autonomia dos povos da floresta, subjugando os modos de vida e os direitos ancestrais à urgência logística de escoamento de commodities.

Revela-se, outrossim, uma sofisticada metamorfose ideológica na transição do passado colonial para o presente neoliberal. Se, historicamente, a ideologia do racismo classificava os indígenas como obstáculos ao progresso ou subalternos submetidos à servidão nos seringais para legitimar o roubo da terra, a racionalidade climática atual opera uma inversão fetiche. Sob o verniz da sustentabilidade, os povos originários passam a ser valorizados por seu papel na preservação ecológica e inseridos no mercado financeiro global sob a categoria de prestadores de serviços ambientais. Essa incorporação, contudo, dissimula novas formas de expropriação territorial. Ao subordinar a ação coletiva e a cosmovisão indígena a lógicas externas de contabilidade e compensação de carbono, o capital captura a existência dessas comunidades para mitigar os impactos da poluição do capitalismo central, sem desestruturar as assimetrias locais.

Em termos práticos para o campo da administração e dos estudos organizacionais, constata-se que esses traços coloniais remanescentes moldam ativamente a gestão pública contemporânea no Acre. O aparelho de Estado, ao adotar a racionalidade instrumental do mercado climático e promover a economia verde, atua como fiador e gerente dessa financeirização da natureza, camuflando os conflitos socioterritoriais por meio de ações midiáticas de apaziguamento.

Em conclusão, os achados deste estudo demonstram que as lutas sociais contemporâneas das organizações indígenas no Acre não são eventos isolados, mas sim manifestações políticas necessárias e diretas contra a perenidade dessa estrutura de dominação. Fica evidente, portanto,

que a libertação e a autodeterminação dos povos indígenas na Amazônia acreana permanecem intrinsecamente vinculadas à superação radical das estruturas da dependência e do racismo.

**Referências**

AMIGOS DA TERRA BRASIL. **Declaração de Sena Madureira**. 21 jun. 2018. Disponível em: https://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2018/06/21/declaracao-de-sena-madureira-17-de-junho-de-2018/. Acesso em: 30 set. 2024.

CASSEB, David. **Ministro da Infraestrutura determina estudos para construção da estrada de Cruzeiro do Sul a Pucallpa**. Agência de Notícias do Acre, Rio Branco, 12 nov. 2019. Disponível em:https://agencia.ac.gov.br/ministro-da-infraestrutura-determina-estudos-para-construcao-da-estrada-de-cruzeiro-do-sul-a-pucallpa/. Acesso em: 17 dez. 2024.

FARIAS, Thais. **Gladson participa da assinatura de acordo de interesses entre Brasil e China nesta sexta.** AC 24 Horas, Rio Branco, 25 out. 2019. Disponível em: https://ac24horas.com/2019/10/25/governo-participa-da-assinatura-de-acordo-de-interesses-entre-brasil-e-china-nesta-sexta-25/. Acesso em: 17 dez. 2024.

GRUPO CARTA DE BELÉM**. Declaração de Xapuri**. 28 maio 2017. Disponível em: https://www.cartadebelem.org.br/declaracao-de-xapuri/. Acesso em: 30 set. 2024.

GUDYNAS, Eduardo. Extracción y extractivismo: conceptos y definiciones. In: GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos. Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. Cochabamba: CEDIB, 2015. p. 1-30.

LIRTÊZ, Hellen. **A seca extrema que volta a isolar terras indígenas no Acre.** Nexo Jornal. 20 jun. 2024. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/externo/2024/06/20/a-seca-extrema-que-volta-a-isolar-terras-indigenas-no-acre. Acesso em: 25 nov. 2024.

MAIA, J. (2024). **Integração regional e os desafios da infraestrutura no Acre.** Governo do Estado do Acre.

MAIA, Tião**. Em evento com Gladson, autoridades do Acre e do Peru discutem construção da estrada da Pucallpa.** Contilnet, Rio Branco, 12 jul. 2024. Disponível em: https://contilnetnoticias.com.br/2024/07/em-evento-com-gladson-autoridades-do-acre-e-do-peru-voltam-a-discutir-construcao-da-estrada-da-pucallpa/. Acesso em: 17 dez. 2024.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana.** Caracas: Ayacucho, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência.** In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. São Paulo: Expressão popular, 2011.

MARTINS, Lucas Araújo. **A construção do espaço político da bancada ruralista no congresso nacional e a questão agrária no século XXI (1999-2022).** 2023. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Territorial) – Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente (FCT), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

MARX, K. (2015). **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** Boitempo editorial.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K. Da prática à teoria: reflexões sobre a organização dos movimentos sociais e das lutas populares. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 26, p. 52-82, 2020.

MORAES, Wesley. **O Acre está pronto para o agronegócio, diz Gladson Cameli ao conhecer mega plantio de soja.** Agência de Notícias do Acre, Rio Branco, 5 jan. 2019. Disponível em: https://agencia.ac.gov.br/o-acre-esta-pronto-para-o-agronegocio-diz-gladson-cameli-ao-conhecer-mega-plantio-de-soja/. Acesso em: 17 dez. 2024.

MOURA, Clóvis. O Racismo como Arma Ideológica de Dominação. **Revista Princípios**, n. 34, p. 28-38, 1994.

MOURA, Julia Lobato Pinto. A Mercantilização da natureza em 20 anos de políticas de Desenvolvimento Sustentável no Acre (1998-2018). **Revista GeoAamazônia**, Belém, v. 6, n.12, p. 33-52 , 2018.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. **Declaração de Xapuri**. 16 dez. 2018. Disponível em: https://www.wrm.org.uy/pt/todas-as-campanhas/chico-mendes-30-anos-depois. Acesso em: 30 set. 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

PRAZERES, Leandro. **Marco temporal: como derrota do governo explica relação com o agro?** BBC News Brasil, Brasília, 14 dez. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cp932ye1x31o. Acesso em: 16 dez. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En**: Cuestiones y horizontes : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder.** Buenos Aires : CLACSO, 2014. ISBN 978-987 722-018-6.

RAUBER, Marcelo Artur. **Prato principal: terras indígenas - O início da contestação do direito territorial indígena pela Frente Parlamentar da Agropecuária (2011-2014).** 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.